

-----**ACTA NÚMERO 45/2006**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
SEIS.**-----

-----Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque e com a presença dos Senhores Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira e Vereadores Dr. Carlos João Pereira, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Arqt. Luis Miguel Vilhena de Carvalho, Eng. Henrique Miguel Figueiredo da Silva da Costa Neves, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Miguel Duarte Alves Freitas, Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Dr. Rui Ricardo Gomes Vieira, reuniu, pelas dez horas, a Câmara Municipal, secretariada por Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Pela sua urgência, foram objecto de deliberação os

assuntos abaixo mencionados que, não foram incluídos na respectiva ordem de trabalhos:-----

CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, em presença do respectivo processo, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, a contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de € 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil euros), para o exercício económico de dois mil e sete, por forma a ocorrer a dificuldades de tesouraria.-----

---Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

MERCADOS E FEIRAS – Rectificação: - Foi unanimemente deliberado, na sequência do horário de funcionamento dos Mercados Municipais aprovado na reunião anterior, rectificar o estabelecido para o Mercado dos Lavradores no que diz respeito ao dia trinta e um (31) de Dezembro (Domingo) o qual passará a estar aberto das oito às catorze horas.-----

HABITAÇÃO SOCIAL:-----

----- - **Empreitadas de Construção dos Conjuntos Habitacionais da Quinta do Faial; Quinta Falcão II (1ª. Fase); Marmeleiros; Viveiros III (2ª e 3ª fases) – 78 fogos, Infra-**

estruturas e Arranjos Exteriores: - Relativamente ao assunto mencionado em título e no seguimento das deliberações de dezasseis/Novembro e vinte/Julho/dois mil e seis, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o procedimento proposto pela SÓCIOHABITAFUNCHAL (refª 2434/2006) em relação à abertura dos respectivos concursos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007:-

Antes de passar à análise, discussão e votação dos documentos de gestão municipal, designados em título, os quais ficarão, por fotocópia, arquivados em pasta própria, o Sr. Vereador Luis Vilhena, do PS, referiu o seguinte:-----

-----“Queríamos chamar a atenção porque tendo recebido apenas na última segunda-feira os documentos em apreço, não tivemos tempo para uma análise profunda e mais detalhada”.-----

----- - O Sr. Vereador Artur Andrade, da CDU, em consonância com o referido pelo Sr. Vereador Luis Vilhena, sustentou ainda que, independentemente dos prazos legalmente estabelecidos para a entrega dos documentos, existe um problema político que se traduz no discutir o futuro da cidade para o próximo ano.-----

---Assim, por ter de munir-se dum estudo mais aprofundado através de parecer técnico, atendendo não ter formação na área de economia ou de gestão, propunha a realização duma reunião

extraordinária.-----

----- - O Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, referiu que tinha sido informado, há algum tempo, através da audiência prévia, legalmente prevista, com o Vereador do Pelouro, das linhas gerais do Orçamento. Mas, salientou, isso não dispensava uma análise mais aprofundada do Orçamento. Por isso, baseando-se no facto dos membros da Assembleia Municipal terem um prazo mínimo de vinte dias para aprovar ou rejeitar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, quando aos vereadores se pede que elaborem a proposta neste prazo limitado, referiu achar simpática e votar a favor da proposta do Vereador da CDU, apesar de saber que, em termos práticos, não será possível fazer grandes alterações ao documento.-----

----- - Após um período concedido para análise mais detalhada dos documentos, tomou a palavra o Sr. Vereador Carlos Pereira, do PS.-----

---Começou por referir que as propostas de Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos apresentavam uma significativa melhoria em relação às apresentadas em anos anteriores mas que, essa diferença não se constatava tão fortemente em relação ao seu conteúdo pois, as mesmas reflectiam uma linha de continuidade, com ausência de políticas reformadoras, sem definição de metas e objectivos a atingir, quer ao nível da Organização quer ao nível dos recursos humanos.-----

---Salientou, também, que a proposta de Orçamento apresentada

não continha qualquer indicação da futura actuação da Câmara quanto à renovação ou requalificação do centro histórico.-----

---Por fim referiu que, dos documentos apresentados, não se podia inferir de modo algum qual a política que a Câmara seguirá na aquisição de bens e serviços nem como realizará os investimentos propostos com menos recursos externos. (Vide adiante Declaração de Voto).-----

----- - Interveio o Sr. Vereador do PSD, Pedro Calado, dizendo que, relativamente à aquisição de bens e serviços a fornecedores diversos, a orientação que a Câmara seguirá é aquela que já está implementada e que assenta na extinção de aquisições isoladas, passando as mesmas a serem negociadas em bloco, o que contribui para uma redução significativa dos preços unitários.-----

---Quanto às despesas relativas aos recursos humanos, houve uma redução significativa no número de horas extraordinárias sendo que, o aumento de 2,2%, constante do Orçamento, deve-se fundamentalmente ao aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.-----

---Disse ainda este Vereador que, a proposta de Orçamento ora apresentada, reflectia também uma redução significativa dos subsídios a conceder, bem como dos valores a transferir para as Empresas Municipais.-----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vereador da CDU, Artur Andrade, começou por afirmar que o actual quadro legal, que disciplina a elaboração dos Planos e dos Orçamentos, demonstra claramente

que, neste âmbito, os poderes das maiorias são substancialmente reforçados em detrimento das minorias, que vêm dificultada a sua participação e intervenção, com um papel cada vez menos activo, reduzidas a meros conselheiros.-----

---Relativamente às propostas apresentadas, quer do Plano Plurianual de Investimentos quer do Orçamento, disse que as mesmas estavam melhor elaboradas do que as do ano anterior mas que, e no que concerne à proposta de Orçamento, a mesma poderia ser melhorada em relação a algumas rubricas. Tanto a proposta do Plano como a do Orçamento pecam pela inexistência de um plano estratégico de gestão global da cidade, que preveja a articulação da cidade do Funchal com os concelhos limítrofes, instrumento que se pode vir a revelar fundamental numa programação não só anual mas também a médio prazo.-----

---Continuando a sua intervenção disse, quanto às receitas orçamentais, que lhe preocupavam os seguintes aspectos: -----

---Desde logo, a proposta de Orçamento não contempla as compensações ou benefícios fiscais concedidos pelo Governo Regional. Por outro lado, também não está contemplada a possibilidade da Câmara deixar a realização, manutenção e reforço de algumas infra-estruturas urbanísticas que apenas trazem benefícios e mais valias só para alguns cidadãos, investimentos feitos com dinheiros públicos que são de todos. Não há, nesta matéria, qualquer linha orientadora e definidora das opções de intervenção da Câmara. -----

---Não há, também, qualquer medida disciplinadora da exploração e extracção de inertes, permitindo-se que esta exploração e extracção ocorram sem qualquer compensação ou benefício para a Câmara. Referiu, a título de exemplo, a situação que se verifica na Ribeira dos Socorridos e na Ribeira Grande. Deveria, em sua opinião, ser feita uma revisão ou reavaliação dos contratos de concessão, bem como dos contratos de fornecimento de bens e serviços, ajuizando-se da possibilidade das receitas provenientes destes mesmos contratos poderem ou não serem aumentadas.-----

---Defendeu, igualmente, que deveria ser equacionada a possibilidade do lançamento de derramas sobre o IRC.-----

---Ao nível das despesas, manifestou a sua discordância com a redução de verbas para investimento, previstas para a Protecção Civil e Bombeiros Municipais e as verbas contempladas para a elaboração dos Planos de Ordenamento do Território. Sem um plano a intervenção nas Zonas Altas nunca será uma intervenção integrada, limitando-se a resolver situações pontuais, como seja a realização duma infra-estrutura aqui e ali e distribuição de telhas. A proposta de Plano de Actividades não responde a esta preocupação como também não responde à necessidade de intervenção nos Bairros Sociais.-----

---Terminando a sua intervenção disse serem estas as razões que determinam a opção de voto expressa pela CDU, votando contra o Orçamento e abstendo-se relativamente ao Plano de Actividades.---

----- - Interveio de seguida o Sr. Vereador do PSD, Pedro Calado,

dizendo que, relativamente aos Bairros Sociais, é preciso ter presente que a gestão destes bairros está compreendida no objecto social da SOCIOHABITAFUNCHAL, E.M., empresa que dispõe de orçamento próprio. Quanto à proposta de lançamento de derramas e perante a actual conjuntura económica e de sobrecarga fiscal, seria de todo imprudente o seu lançamento.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, começou por esclarecer que a redução das verbas contempladas para os Bombeiros Municipais e para a Protecção Civil, face aos anos anteriores, justificava-se pelo facto de muitas das necessidades destes serviços municipais já se encontrarem satisfeitas, muitas delas através de projectos co-financiados pela comunidade e já concluídos, necessidades que não se eternizam. Por outro lado, a Câmara também procedeu a uma reavaliação de alguns projectos e inverteu a sua posição ao tomar consciência que alguns destes deverão ser executados pelas entidades que, nos termos legais, têm competência e responsabilidade pela sua execução.-----

---No que concerne às Zona Altas, disse discordar com a posição apresentada de que as intervenções da Câmara são meramente pontuais e casuísticas. Desde logo a comprovar, está o investimento realizado de milhões de euros na renovação e implementação em novas áreas de infra-estruturas de saneamento básico. Por outro lado, as novas acessibilidades que estão a ser construídas não são intervenções pontuais, se pensarmos que

associadas a estas novas acessibilidades, está toda uma política de mobilidade, acesso à rede de transportes públicos, construção de parques de estacionamento etc.. Acresce, e ainda a título de exemplo, toda a intervenção ao nível da acção social que tem vindo a ser desenvolvida, a criação e ampliação de ginásios e outras iniciativas, como as acções de formação e de esclarecimento da população levadas a cabo pela ASA e pela ADECOM, que em muito têm contribuído para a melhoria do conhecimento e da qualidade de vida das populações.-----

----- - Interveio de seguida o Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, dizendo que constatou haver uma substancial melhoria na apresentação e na fundamentação das propostas de Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos e em geral, das opções políticas orçamentais. No entanto, realçou que havia nesta matéria um certo virtualismo já que as propostas apresentadas baseiam-se numa Lei de Finanças Locais que ainda não foi publicada, num Orçamento de Estado que ainda não foi promulgado e num Orçamento da RAM que nem sequer ainda foi discutido. Numa análise mais aprofundada verificou que o desejável equilíbrio do orçamento corrente (entre as receitas e as despesas correntes) que se apresenta muito melhorado ficou a dever-se ao aumento significativo das receitas correntes e não tanto a uma descida das despesas correntes, aumento aquele que decorre, fundamentalmente, da diferente classificação das transferências do Estado já que cerca de três milhões de euros passaram das

“transferências de capital” para as “transferências correntes” e do aumento da receita de IMI e IMT pelo que, sugeria quanto ao IMI, imposto substancialmente pesado para o contribuinte, que fosse pensada a redução da sua taxa. Disse ter constatado, também, uma descida abrupta das transferências da Região para o Município do Funchal, situação extremamente preocupante, que poderá pôr em causa muitos investimentos que se revelam essenciais, investimentos cujas mais valias não se reconduzem apenas ao Município, representando um benefício para toda a Região, pelo que, em sua opinião, os custos destes investimentos deveriam ser objecto de compensação pelo Governo Regional. Há custos de “capitalidade” suportados pelo Município que continuam a ser ignorados pelos responsáveis regionais bem como as compensações devidas por isenções fiscais decididas pelo Governo Regional (utilidade turística em especial).-----

---Referiu que a opção fundamental do Plano Plurianual de Investimentos continuava a ser o investimento nas obras de saneamento básico, o que não lhe merecia grande reparo. Já quanto às Zonas Altas, como prioridade, defendia um forte empenho da Câmara na legalização das construções edificadas, condição essencial para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.-----

----- - Colocados à votação, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, a proposta de Orçamento com os votos favoráveis do PSD, contra dos Vereadores do PS e CDU e abstenção do CDS/PP, e o

Plano de Actividades com os votos favoráveis do PSD, contra do PS e abstenção da CDU e CDS/PP, e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do número dois do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. A proposta de Orçamento e Plano de Actividades para o ano dois mil e sete, importa tanto em receitas como em despesas o valor de €125.350.000,00 (cento e vinte e cinco milhões trezentos e cinquenta mil euros).-----

---Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

-----**Declaração de Voto do PS:** “O orçamento para o ano de 2007 é o segundo a ser produzido pela vereação do PSD, eleita nas últimas eleições autárquicas. A equipa de vereadores do PS considera ser este o momento crucial para fazer um ponto de situação credível sobre a linha orientadora da maioria na CMF. Uma proposta desta natureza deve reflectir as linhas de orientação para os próximos anos e, sobretudo, marcar o caminho para a obtenção de objectivos traçados. Na verdade, um orçamento traduz, no essencial, um conjunto de opções de carácter político e técnico que nos podem indicar se estamos perante uma linha de continuidade com as práticas e estratégias anteriores, ou se estamos perante um esforço claro de mudança, abordagem que defendemos de forma incondicional, face ao estado da cidade e da

própria autarquia. Esta, aliás, já fora uma preocupação nossa na análise da proposta de orçamento de 2006, mas após um ano de governação e depois de termos sublinhado a nossa discordância de fundo sobre determinadas opções de gestão que ocorreram ao longo do passado ano, estamos perante o momento chave onde este PSD da CMF deverá demonstrar que o que diz querer fazer é na realidade o que faz...-----

---Queremos sublinhar, como já fizemos no passado, que entendemos que a política autárquica que tem sido praticada nos últimos 16 anos levou à desqualificação do centro histórico, à degradação da paisagem e ao desenvolvimento anárquico das zonas de expansão. Esta política, tem sido acompanhada de uma gestão irresponsável, uma gestão do território deficiente, alguma insensibilidade social, uma desadequada política ambiental e a ausência de uma consistente política cultural. Além disso, verificou-se uma pouco rigorosa gestão dos recursos financeiros e uma inadmissível apatia perante a relação com o Governo Regional, conduzindo a autarquia para uma espécie de junta de freguesia.-----

---A nova geração de vereadores do PSD tem procurado se distanciar de erros clamorosos do passado. No entanto, vai dando provas de incapacidade de descolar do registo dos seus colegas dos mandatos anteriores. Além disso, a sua liderança mantém o estilo habitual de pouco rigor, pouca transparência e, quase sempre, insuficiente competência ou, em alguns casos, arrojo, para ultrapassar os desafios de uma gestão autárquica moderna, mais exigente e capaz de

aproveitar os novos instrumentos disponíveis para conduzir de forma harmoniosa os destinos da CMF. Neste contexto, sentimos apreensão e angústia pela incapacidade que tem vindo a ser demonstrada de imprimir uma onda reformadora capaz de motivar os munícipes da cidade do Funchal para uma colaboração determinada na implementação de uma abordagem de desenvolvimento sustentável.---

---As nossas expectativas são claras: gostaríamos que este orçamento traduzisse uma gestão da cidade onde o progresso económico, a justiça social e o equilíbrio ambiental estão em perfeita sintonia; gostaríamos que este orçamento desse sinais inequívocos de uma outra maneira de interpretar a gestão autárquica: com rigor e transparência, objectivos claros, ambição, estratégias de longo prazo bem definidas, planeamento e prioridades mais adequadas ao contexto do Funchal.-----

---Infelizmente o documento a que tivemos acesso não cumpre o essencial das nossas preocupações. Estamos convictos que estamos perante um mau orçamento, feito por novos vereadores mas com velhas ideias.-----

---As preocupações de fundo da equipa do PS são claras e resumem-se às seguintes:-----

- Administração autárquica com enfoque na reorganização dos serviços;
- A gestão dos recursos financeiros com especial atenção ao endividamento;
- As questões de planeamento urbanístico, com acento tónico no centro histórico, nas zonas altas e nas zonas de expansão;
- As questões de segurança;
- As matérias sociais em

particular os equipamentos de apoio à família e a habitação social.-

---A actuação nestas áreas implica uma estratégia clara e com objectivos concretos. A equipa do PS já apresentou propostas concretas ao longo do ano 2006 que, infelizmente, não tiveram nenhum acolhimento da maioria PSD. No entanto, é esta a nossa referência. Estaremos disponíveis para aprovar um plano de orçamento que introduza grande parte das questões referidas com a orientação que consideramos adequada. -----

---Da análise do Orçamento de 2007 resulta as seguintes apreciações:-----

Receitas - No quadro das receitas correntes os valores apresentados merecem os seguintes comentários:-----

a) Verifica-se um aumento de 11,2% no que respeita a impostos directos, com particular atenção ao IMI e IMT. Esta circunstância contradiz de forma categórica o discurso de contribuir para a diminuição do esforço fiscal das famílias do Funchal, veiculado pelo PSD. Na verdade, apenas o PS votou contra a proposta do PSD de manutenção das taxas de IMI no Funchal, introduzindo propostas concretas de redução sem, mesmo assim, penalizar a receita fiscal: quer com a introdução da derrama, quer contando com o crescimento da receita de IMI via actualização das avaliações. A proposta foi recusada e este orçamento traduz uma opção do PSD em manter a carga fiscal a um nível significativamente elevado. Lembramos que para isso já tinha contribuído a nova tabela de taxas aprovada em meados de 2006

onde em alguns casos conduz a aumentos na ordem dos 100%.-----

b) O peso dos impostos directos nas receitas correntes subiu 3% face ao orçamento de 2005. Nessa altura representava 27%. Hoje esses impostos já representam 30%. Isto demonstra o peso que este orçamento faz recair sobre as famílias.-----

c) Os impostos indirectos, apesar de diminuírem, ainda assim assumem uma expressão elevada designadamente no que respeita à ocupação da via pública.-----

d) As transferências correntes sobem bastante face a 2005, que representavam 13% e passam a representar 16% das receitas correntes. Ora, esta circunstância contradiz o discurso de penalização no quadro das finanças locais, ajudando a obter um equilíbrio mais animador entre receitas correntes e despesas correntes.-----

---No que diz respeito às receitas de capital, os comentários são os seguintes:-----

a) O peso das receitas de capital nas receitas totais diminuiu de 50,1% (em 2005) para 41%.-----

b) Verifica-se um aumento dos passivos financeiros, passam de 20% em 2005 para 27% em 2006.-----

c) As transferências de capital verificam uma redução de 5% face a 2005. Mas continuam a representar a fatia mais importante das receitas de capital (70%) É de salientar alguma virtualidade nesta matéria porque mais de 55% das ditas transferências referem-se a programas europeus e POPRAM o que implica a execução dos

mesmos ou a liquidez da entidade pagadora ou até a garantia das participações. A garantia do cumprimento, em tempo adequado, de todas estas variáveis afigura-se, na maior parte dos casos, altamente improvável. Estamos perante uma provável empolamento de receitas.-----

Despesas - O problema da gestão autárquica do Funchal não está no plano das receitas. Quem procura transmitir esta ideia ou não sabe fazer contas, o que não nos parece possível, ou não tem soluções para os problemas de gestão da autarquia ou ainda, e aqui bem mais grave, não é honesto intelectualmente e entende que a mentira repetida várias vezes transforma-se numa verdade absoluta e num instrumento de política junto dos cidadãos. Neste contexto, consideramos essencial que um orçamento da natureza do documento que está em análise, reflecta um traço de contenção inequívoco das despesas correntes, assente em pressupostos sólidos.-----

---A nossa proposta é clara: é indispensável reduzir a despesa corrente em cerca de 25%, nos 4 anos de governação autárquica. Como sabemos, e já sublinhamos antes, esta vereação do PSD perdeu uma oportunidade com a proposta de orçamento de 2006: aumentou as despesas correntes. Veja-se a propósito que em 2005 a despesa corrente era cerca de 41,7% da despesa total e hoje ronda os 45%. Isto quer dizer que agora para obter resultados consistentes é preciso um esforço proporcional à dimensão do problema. Assim, a proposta de redução de 3% das despesas

correntes, apresentada no Orçamento de 2007, é insuficiente e demonstra pouca coragem e arrojo desta vereação executiva. Mais grave é que não é possível perceber que mecanismos serão usados para colocar em prática esta política. Fica a sensação de uma actuação pontual e casuística sem consistência no futuro. Propomos: Redução da aquisição de serviços em 5 493 000 euros. Isto quer dizer uma redução efectiva dos bens e serviços na ordem dos 6%. Isto significa obter resultados próximos dos 10% comparativamente com 2005. Como?-----

Aquisição de bens - Nesta matéria é preciso duas condições: vontade e implementação de procedimentos adequados. Quanto à vontade pouco podemos fazer, já no que respeita aos procedimentos propomos a implementação de uma bolsa de fornecedores para estabelecer contratos de longo prazo assumindo pagamentos em tempo adequado e um combate implacável aos desperdícios, para os seguintes bens: Limpeza e higiene; Material de escritório; Vestuário e artigos pessoais; Material de transporte e peças; Outro material; Outros bens.-----

Estes itens correspondem no orçamento a 4 340 000. Como objectivo, esta abordagem deve propor reduções na ordem dos 0,35%, poupando 1 519 000.-----

Aquisição de serviços - Neste caso propomos duas abordagens que a observação empírica aconselha: fim de contratos de serviços que podem e devem ser assumidos internamente, até porque o quadro de pessoal assim permite e redução das facturas relativas a outros

“outsorcings”.-----

Assim, a Limpeza e Higiene bem como a Vigilância e Segurança propomos que seja efectuada internamente. Com este procedimento a CMF poupa 1 240 000 euros.-----

Propomos também uma redução da factura das seguintes aquisições: Conservação de bens (25%); Comunicações (25%); Representação de serviços (25%); Outros trabalhos especializados (25%); Outros serviços (50%). Esta abordagem permite poupar 1 215 000 euros. -----

Desta forma é possível cortar $1\,519\,000 + 1\,240\,000 + 1\,215\,000 =$ aproximadamente 5 500 000 euros, cerca de 6%.-----

Esta abordagem implica um esforço para reorganizar os serviços, e para implementar, por essa via uma renovada e adequada política de emprego na CMF. Só desta forma é possível que a despesa com pessoal possa ser encarada como um activo da CMF, fazendo aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao municípe. Propomos então o seguinte:-----

1. Análise e auditoria ao perfil dos trabalhadores da CMF para conhecer de forma profunda: a sua situação profissional, as suas competências, o seu contributo para a autarquia, as lacunas de formação, as motivações. Enfim uma abordagem séria e definitiva da massa critica na CMF. Deve também ser conhecida aqueles que estão em licença sem vencimento e os que estão totalmente desintegrados em termos operacionais;-----

2. Análise e diagnóstico das necessidades operacionais da CMF no

sentido de entender como racionalizar o contributo das pessoas da CMF, definindo de forma clara o que deve ser "outsourcing" e o que pode ser feito com a mesma qualidade e eficácia pelos serviços da CMF; -----

3. Implementação de uma política de formação séria e eficaz, de acordo com os diagnósticos efectuados; -----

4. Introdução da reforma orgânica da CMF (proposta já apresentada em Março) com a introdução das alterações decorrentes da análise de pessoas e necessidades;-----

5. Introdução de uma política adequada de avaliação de desempenho de forma a definir objectivos claros para todos os trabalhadores da CMF.-----

---No capítulo das transferências correntes verifica-se um aumento significativo de 34%. Nesta matéria mantemos uma indignação particular com os compromissos com a AMRAM na ordem dos 600 mil euros; Além disso, sublinhamos a manutenção de transferências a título de subsídios para as empresas municipais. Esta abordagem implica uma reflexão profunda sobre a estratégia de criação de empresas municipais onde se mantém o apoio à gestão corrente e financia-se o investimento. É muito difícil perceber o valor acrescentado.-----

----As despesas de capital diminuíram, face a 2005 e a 2006, relevando fragilidades, apesar do crescimento das receitas. Os passivos financeiros mantêm o seu nível crescente (2 850 000, 3 454 400 e 5 394 400; respectivamente 2005, 2006 e 2007).

4. Verifica-se um muito preocupante aumento das transferências de capital (de 61%) destinado sobretudo para a empresa 500 anos. Esta matéria revela uma total insensatez da vereação, na medida em que acrescenta custos à CMF num projecto francamente discutível para o interesse da cidade. Esta questão não é diferente do já conhecido caso da empresa Frente Mar. No que respeita a esta matéria sublinhamos que lamentavelmente não foi disponibilizado o plano de actividades e orçamento das empresas municipais para o qual são transferidas verbas da CMF. -----

Investimento - Verifica-se, mais uma vez, um rol de investimentos sem articulação e sem uma correspondência adequada a uma estratégia da CMF face ao desafio da sustentabilidade. Do nosso ponto de vista, as opções de investimento são casuísticas e não respondem aos desafios que a cidade impõe. O plano apresentado merece o seguinte comentário: -----

a) São as estradas e acessos que absorvem 24% do Plano de Investimentos. Cerca de 19% estão afectos ao abastecimento de água, principalmente a reparação das redes. Cerca de 20% do investimento é para saneamento básico. Estes dados merecem uma atenção na medida em que não resultam num plano global de acessos, abastecimento de água e saneamento básico, mas sim assentes numa lógica casuística e “a pedido”, exigindo mais esforço financeiro, mais tempo e menos gente satisfeita. Estas matérias deviam estar em articulação estreita com as questões de ordenamento de território e habitação social. Assim,

desaconselhamos uma prática onde não existe um fio condutor com objectivos integrados e com propostas globais para médio prazo. -----

b) As zonas altas continuam a merecer a habitual atenção da vereação do PSD: sem planeamento, sem preocupação de médio/longo prazo, sem racionalidade, sem atenção aos problemas sociais. -----

c) O planeamento urbanístico não tem expressão proporcional à sua importância e imprescindibilidade para a cidade do Funchal. Os montantes orçamentados são ridículos face aos desafios em causa. O que está previsto é sensivelmente o mesmo que esta vereação vai gastar em vedar o parque de Santa Catarina. -----

d) Não existem preocupações com a segurança nem qualquer abordagem ao centro histórico da cidade. -----

e) A abordagem às famílias e aos aspectos que permitem uma melhor conciliação da vida familiar com a vida profissional e ainda a garantia de uma melhor qualidade de vida para os mais velhos não merecem atenção ao nível do investimento.-----

Endividamento - Cada vez mais esta temática merece uma atenção particular no quadro da gestão autárquica. Num contexto de recursos escassos existe uma tentação de ultrapassar os limites do razoável em termos de endividamento de forma a obter dividendos políticos. Isto é bastante mais evidente em governações com traços de populismo, como tem sido o caso da autarquia do Funchal. Nesta autarquia, a análise do endividamento nem sempre

tem revelado o bloqueio estrutural a que corresponde uma situação desta natureza. Quase sempre os comentários são do género de “ainda existe folga para pedir mais dinheiro”. Ora a questão de fundo é saber qual a utilização dos fundos solicitados, qual a sua relação com as receitas e como é gerido a sua disponibilidade. Ao longo dos últimos anos foram várias as engenharias para contornar um problema estrutural das organizações do tipo da autarquia do Funchal. Com a nova lei das finanças locais, tudo passou a ser mais claro, objectivo e, sobretudo, passa a ter um acompanhamento mais próximo e adequado a alguns exageros observados a olho nu. Sendo assim, ficam alguns comentários e notas sobre esta matéria: -----

a) A dívida total da CMF ronda, em 2006, pela estimativa apresentada, os 82,7 milhões de euros, incluindo a dívida com a EEM; -----

b) Este dado quer dizer que não estamos perante uma consolidação da dívida mas sim a CMF não é capaz de sustentar o seu crescimento e iniciar uma rota decréscimo (em 2003 era de 78 milhões). -----

c) A dívida é superior às receitas totais (aproximadamente 80 milhões), de acordo com este orçamento. -----

d) A dívida administrativa para 2006 ronda os 36,6 milhões de euros (sem o valor da dívida à EEM, que é de 8,7 milhões).

Segundo a lei das finanças locais estamos perante uma situação de ruptura financeira, com intervenção do Ministério das Finanças, se esta dívida for superior a 50% das receitas totais, que se estima

ronde os 80 milhões, em 2006. -----

e) Se considerássemos a dívida à EEM já estávamos perante uma situação de ruptura financeira. -----

f) No entanto estamos muito próximo dessa situação, demonstrando o que temos vindo a alertar ao longo do último ano: a CMF tem colocado no terreno uma estratégia de gestão de recursos financeiros, indigna, ao penalizar os fornecedores de forma a disfarçar o seu exagerado endividamento. -----

g) Verifica-se que, tendo em conta as limitações ao endividamento imposto à CMF pela Lei das Finanças Locais (LFL), em particular na componente de dívida administrativa, a CMF passa a colocar o acento tónico no endividamento bancário. O limite estabelecido pela LFL parte da referência do ano anterior do total de impostos municipais e transferências de OE, que deverá ser de 35,2 milhões (estimativa) em 2006. -----

h) Em 2006 a estimativa é de valores de endividamento próximo dos 30 milhões. Isto significa já perto do tecto de 44 milhões (35,2 X 125%) como prevê a LFL.-----

---Neste sentido, discordamos da ideia de “conforto financeiro”. Como é possível constatar a proposta de orçamento para 2007 propõe aumento do endividamento líquido, o que retira o espaço de manobra em termos de capacidades futuras, caso não dê início a uma política consistente de consolidação orçamental, designadamente, transformando parte das dívidas a fornecedores em médio longo prazo. A abordagem a este assunto tem sido no

caminho restrito do cumprimento da lei e não na perseguição de umas finanças autárquicas saudáveis para garantir a robustez financeira da CMF. -----

---Assim, face ao exposto, este orçamento não justifica o nosso voto favorável na medida em que não cumpre o essencial das nossas preocupações. É um orçamento mau, feito por gente nova mas com ideias velhas. Não apresenta um traço reformador, uma linha orientadora que permita catapultar a cidade do Funchal para um patamar de modernidade que todos desejamos. É um documento já visto noutros tempos, sem o rasgo que a geração que o produziu devia ser capaz de impor. É pobre nas soluções, frágil na coragem, medíocre na estratégia. Faz-nos lembrar que a liderança da CMF não mudou, que a prática de 20 anos de políticas pontuais e abordagens casuísticas não chegou ao fim. Desta forma votamos contra os documentos apresentados.”-----

2 – TAXAS E LICENÇAS:-----

Criação e fixação da taxa Municipal de Direitos de

Passagem: - Foi por unanimidade aprovada, a proposta de deliberação a submeter à Assembleia Municipal, do seguinte teor:--

-----“Considerando que a Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas) conferiu aos Municípios a possibilidade da criação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); Considerando que nos termos do nº 2 do art. 106º do citado diploma, o aludido tributo deve reflectir os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de

sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal; Considerando que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais do Município; Considerando que o percentual referido no parágrafo anterior deve ser aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência; Considerando que o Regulamento nº 38/2004, publicado na II Série do Diário da República nº 230, de 29 de Setembro de 2004, da responsabilidade do ICP-ANACOM, estabelece os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos Municípios da TMDP; A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea a) do nº 6 do art. 64º e da alínea e), do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da alínea b) do nº 2 do art. 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, submeter a aprovação da Assembleia Municipal o seguinte: a) Criação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. b) Fixação do percentual em 0,25% referente àquela taxa, para vigorar no ano de 2007”.

---Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.

3 – PARQUES DE ESTACIONAMENTO:

----- - **Actualização dos preçários dos parques de estacionamento concessionados à SEP para o ano 2007:** - Em

presença da informação do Departamento de Trânsito (ref^a 89/MN/DT/2006) acompanhada da proposta da SEP relativa à actualização dos preçários dos parques de estacionamento concessionados pela Câmara para o ano de dois mil e sete, em função do índice de actualização das rendas não habitacionais, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com aquela informação.-----

4 - PESSOAL:-----

-----**4.1 - Participação:** - Em face da participação do Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas (ref^a 404/DME/2006), contra o funcionário Luis Filipe Lucas Fernandes, Motorista de Pesados, por faltas injustificadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, instaurar processo disciplinar, sendo nomeado instrutor o funcionário Osvaldo Lucas.-

5 - URBANISMO:-----

-----**5.1 - Loteamentos / Emparcelamentos:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de alteração de loteamento/emparcelamento do terreno situado no Caminho de Santo António, da mesma freguesia, apresentado por Briloça, Limitada e Quintal Ferreira & Castro, Limitada (proc^o 40705/06).--

-----**5.2 - Obras Particulares:** - Relativamente aos requerimentos/processos apresentados, abaixo identificados, a Câmara tendo por base os pareceres e/ou informações dos serviços

técnicos que lhes estão anexos, tomou, por unanimidade, as deliberações como para cada um se indica:-----

----- - Conselheiro – Actividades Imobiliárias, Limitada (procºs 39536 e 38673/06) – projecto de licenciamento de uma moradia geminada, a edificar num terreno situado à Rua da Levada do Cavalo, freguesia de Santo António: - Aprovado.-----

----- - Briloíça, Limitada e Quintal Ferreira & Castro, Limitada (procº 40708/06) – projecto de licenciamento de edificio de habitação colectiva, localizado no Caminho de Santo António, da mesma freguesia: - Aprovado.-----

----- - João Francisco Gonçalves (procº 45463/05) – pedido de comparticipação das obras a realizar no prédio sito à Travessa Silvestre Quintino de Freitas, número quarenta e quatro, freguesia de Santa Luzia, ao abrigo do Programa RECRIA: - Aprovado.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu,
Director do Departamento Administrativo, na qualidade de
Secretário, a redigi e subscrevo.-----

